



# Informativo TSE

Informativo TSE - Ano II - Nº 18

Brasília, 29 de maio a 4 de junho de 2000

## SESSÃO PÚBLICA

### **Ausência de procuração nos autos. Atos inexistentes.**

O Tribunal deu provimento ao agravo e passou de imediato ao julgamento do especial. Unânime. A parte, ao apresentar sua defesa, protestou pela juntada de procuração — com apoio no art. 5º, § 1º, do Estatuto —, deixou passar o prazo e não protestou por sua prorrogação. O art. 13 do CPC não tem incidência nessa hipótese. Se a parte protesta pela juntada e não cumpre o prazo, não há razão para o juiz lhe dar novo prazo, principalmente neste procedimento, do art. 96 da Lei nº 9.504/97, específico da Justiça Eleitoral. Com esse entendimento, o Tribunal não conheceu do recurso especial. Por maioria, vencido o ministro relator, que conhecia do recurso e lhe dava provimento.

*Agravo de Instrumento nº 1.507/SP, rel. original Min. Eduardo Alckmin, red. designado para o acórdão Min. Fernando Neves, em 30.5.2000.*

### **Ausência de procuração nos autos. Recurso inexistente.**

O art. 13 do CPC prevê a hipótese de existência de irregularidade na representação processual, sendo, por isso, inaplicável à espécie, que versa sobre ausência de procuração nos autos. Ademais, a jurisprudência do STJ e do STF confirma a inaplicabilidade do art. 13 do CPC na instância especial e extraordinária. Não procede, também, a alegação de que a Lei nº 8.906/94 teria derogado o art. 37 do CPC. A dilação do prazo de que cuida a Lei nº 8.906/94 depende da manifestação da autoridade judiciária competente, tal como previsto na parte final do art. 37 do CPC. Com esse entendimento, o Tribunal negou provimento ao agravo regimental. Unânime. Deu-se por impedido o Ministro Nelson Jobim.

*Agravo de Instrumento nº 1.967/BA, rel. Min. Maurício Corrêa, em 30.5.2000.*

### **Omissão não sanada em sede de embargos de declaração. Violação do art. 275 do CE.**

Agravo de instrumento provido, diante da relevância do tema relativo à falta de apreciação de todas as teses desenvolvidas pela defesa. Condenação por crime de corrupção e induzimento (arts. 290 e 299 do CE). Alegação de falta de apreciação pela Corte Regional de todas as teses desenvolvidas pela defesa. Omissão não sanada, apesar de terem sido opostos embargos de declaração. Com esse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso especial e lhe deu provimento para anular o acórdão dos embargos declaratórios, a fim de que outra decisão seja proferida, sanando a omissão apontada. Unânime.

*Agravo de Instrumento nº 1.990/SP, rel. Min. Eduardo Alckmin, em 1º.6.2000.*

### **Propaganda impressa. Inteligência do art. 43 da Lei nº 9.504/97.**

O Tribunal deu provimento ao agravo de instrumento e passou ao exame do especial. Não se pode exigir que o responsável pelo veículo de divulgação policie a atividade de partidos políticos coligados na realização de propaganda política além dos limites estabelecidos pelo art. 43 da Lei nº 9.504/97. Com esse entendimento o Tribunal conheceu do recurso especial e lhe deu provimento. Unânime. Ausente, ocasionalmente, o Ministro Waldemar Zveiter.

*Agravo de Instrumento nº 2.090/RS, rel. Min. Nelson Jobim, em 1º.6.2000.*

### **Eleições de 1996. Abuso de poder econômico e político. Declaração de inelegibilidade. Vice-prefeito no exercício do cargo, candidato a prefeito e candidatos a vereador. Cassação de registros de candidatura. Prazo recursal. Interposição de embargos declaratórios.**

A jurisprudência da Corte reconhece que o art. 275, § 4º, do CE encerra a interrupção do prazo recursal pela oposição de embargos declaratórios. O teor do art. 275, § 4º, do CE guarda o mesmo alcance da redação anterior à alteração legislativa promovida no CPC, pela Lei nº 8.950/94, que prescreve que “os embargos suspendem o prazo recursal e, após seu julgamento, reinicia-se a sua contagem computando-se o tempo consumido antes de sua oposição”. Recurso tempestivo, rejeitada a preliminar argüida pelo *parquet*. No mérito, os recursos não têm condições de êxito. Representação julgada após as eleições. Caberia tão-somente à Justiça Eleitoral a imposição aos representados da sanção de inelegibilidade por três anos e a remessa de cópia da representação ao Ministério Público Eleitoral, como corretamente entendeu o TRE. Insubsistente o apelo ministerial. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu de ambos os recursos especiais. Unânime.

*Recurso Especial Eleitoral nº 15.059/GO, rel. Min. Maurício Corrêa, em 1º.6.2000.*

### **Corrupção eleitoral. Distribuição de material de construção. Atipicidade.**

Corrupção eleitoral. Art. 299 do CE (“Art. 299. Dar, oferecer, prometer, solicitar ou receber, para si ou para outrem, dinheiro, dádiva, ou qualquer outra vantagem, para obter ou dar voto e para conseguir ou prometer abstenção, ainda que a oferta não seja aceita: Pena — reclusão até quatro anos e pagamento de 5 a 15 dias-multa.”). Distribuição de material de construção não condicionada à promessa de votos. Inexistência de dolo específico. Atipicidade. Condutas que podem vir a configurar abuso do poder. Art. 22 da LC nº 64/90 (“Art. 22. Qualquer partido político,

*coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao corregedor-geral ou regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito: (...)”*). Concessão de *habeas corpus* de ofício para o trancamento da ação penal. Nesse entendimento, o Tribunal julgou prejudicado o recurso especial e concedeu *habeas corpus* de ofício, para trancamento da ação penal. Unânime.

*Recurso Especial Eleitoral nº 15.118/MG, rel. Min. Eduardo Alckmin, em 30.5.2000.*

#### **Denúncia. Recebimento. Prescrição. Inépcia da denúncia. Preclusão.**

Ante a falta de decisão de recebimento da denúncia, considera-se como tal o despacho que determina a citação da ré. Considerada a data em que prolatada a ordem de citação, não houve a alegada prescrição da pretensão punitiva. Não cabe argüir a inépcia da denúncia por violação do art. 41 do CPP após ser proferida a sentença condenatória. Com esse entendimento, o Tribunal não conheceu do recurso. Unânime.

*Recurso Especial nº 15.129/PB, rel. Min. Eduardo Alckmin, em 30.5.2000.*

#### **Recontagem. Impugnação. Preclusão. Fraude. Anulação da urna.**

Ante a possibilidade de a fraude ter ocorrido após a apuração, não há se falar em preclusão por ausência de impugnação prévia. Diante da impossibilidade de se verificar se a fraude se restringiu a determinadas cédulas ou se toda a votação da seção foi preparada para o engodo, deve-se determinar a anulabilidade de toda a urna. Com esse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso e lhe deu provimento, para anular os votos relativos à 59ª Seção Eleitoral. Unânime.

*Recurso Especial Eleitoral nº 15.178/MA, rel. Min. Edson Vidigal, em 30.5.2000.*

#### **Prestação de contas. Revogação do art. 39, § 4º, da Lei 9.096/95 pelo art. 107 da Lei nº 9.504/97. Retroatividade da lei mais benéfica.**

As regras que norteiam as doações de recursos para partidos políticos e as prestações de suas contas são de natureza administrativa e, como tal, estão sujeitas aos princípios básicos do Direito Penal. A norma em questão, por atrair a incidência do art. 36, III, da Lei nº 9.096/95, mais que uma norma de caráter meramente administrativo, envolve norma de Direito Administrativo-Penal. Assim, creio que a revogação posterior do limite da doação deve ter efeito retroativo, excluindo a tipificação da conduta e impedindo a imposição de qualquer sanção.

*Recurso Especial Eleitoral nº 15.222/RS, rel. original Min. Eduardo Alckmin, red. para o acórdão Min. Fernando Neves, em 30.5.2000.*

#### **Ausência de procuração nos autos. Delegado de partido. Recurso inexistente.**

Representação contra deputado federal que é presidente de partido. É inexistente o recurso interposto sem a jun-

tada do instrumento de mandato. Hipótese em que o delegado do partido, sem procuração nos autos, substabeleceu os poderes que lhe foram conferidos pelo recorrente. Por outro lado, é inaproveitável o recurso do partido, porquanto a decisão foi contra o representado. Com esse entendimento, o Tribunal não conheceu do recurso. Unânime. Ausente o Min. Waldemar Zveiter. Unânime.

*Recurso Especial Eleitoral nº 15.435/AM, rel. Min. Nelson Jobim, em 1º.6.2000.*

#### **Partido político. Prestação de contas. Irregularidades. Diligência.**

A Justiça Eleitoral pode determinar diligências necessárias à complementação de informações ou ao saneamento de irregularidades encontradas nas contas dos órgãos de direção partidária ou de candidatos, *ut* art. 37, parágrafo único, da Lei nº 9.096/95. Diante da omissão de informações essenciais à correta análise das contas prestadas, é necessária a abertura do prazo previsto em lei para que o partido responsável, apresentando os dados omitidos, permita o amplo exame de sua contabilidade. Com esse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso e lhe deu provimento para que a Corte Regional aprecie novamente as contas do Diretório do Prona, à luz dos documentos apresentados. Unânime.

*Recurso Especial nº 15.611/RO, rel. Min. Maurício Corrêa, em 1º.6.2000.*

#### **Ausência de procuração nos autos. Delegado do partido. Propaganda eleitoral. Responsabilidade solidária do partido.**

Desnecessário que delegado de partido, na qualidade de advogado, apresente procuração para interpor recurso. O partido responde solidariamente com seus candidatos pela veiculação e afixação de propaganda irregular. Com esse entendimento, o Tribunal não conheceu do recurso. Unânime.

*Recurso Especial Eleitoral nº 15.710/SC, rel. Min. Nelson Jobim, em 1º.6.2000.*

#### **Eleição de 1998. Propaganda eleitoral vedada. Abuso de poder econômico e dos meios de comunicação social. Candidato a senador. Decretação de inelegibilidade por três anos.**

Recurso especial contra decisão em investigação judicial. Art. 22 da LC nº 64/90 (“Art. 22. *Qualquer partido político, coligação, candidato ou Ministério Público Eleitoral poderá representar à Justiça Eleitoral, diretamente ao corregedor-geral ou regional, relatando fatos e indicando provas, indícios e circunstâncias e pedir abertura de investigação judicial para apurar uso indevido, desvio ou abuso do poder econômico ou do poder de autoridade, ou utilização indevida de veículos ou meios de comunicação social, em benefício de candidato ou de partido político, obedecido o seguinte rito: (...)”*). Recebimento como ordinário. Programa de rádio apresentado por candidato a deputado distrital no período previsto no art. 45 da Lei nº 9.096/95 (“Art. 45. *A propaganda partidária gratuita, gravada ou ao vivo, efetuada mediante transmissão por rádio e televisão será realizada entre as dezenove horas e trinta minutos e as vinte e duas horas para, com exclusividade: I – difundir os programas partidários; II – transmitir mensagens aos filiados sobre a execução do programa partidário, dos eventos com este relacionados e das atividades congressuais*”).

do partido; III – divulgar a posição do partido em relação a temas político-comunitários.”), no qual participou candidato a senador, proprietário da emissora, com elogios recíprocos e referências diretas à eleição. Propaganda eleitoral vedada, por tratamento privilegiado, que se configurou pelo grande destaque dado aos recorridos pela emissora. O fato de terem os recorridos se valido da condição de um deles ser proprietário da emissora e a reiteração da conduta leva à caracterização da prática de abuso de poder econômico e dos meios de comunicação social. Preliminarmente, o Tribunal, por maioria, recebeu o recurso como ordinário, à unanimidade. No mérito, o Tribunal deu provimento aos recursos, para declarar a inelegibilidade dos recorridos, a contar da eleição de 1998. Vencido o Min. Costa Porto.

*Recurso Especial Eleitoral nº 16.184/DF, rel. Min. Eduardo Alckmin, em 1º.6.2000.*

#### **Requisição de servidor. Recurso contra decisão do TRE. Matéria administrativa do Tribunal Regional Eleitoral.**

Recurso interposto pela Procuradoria Regional Eleitoral contra decisão do TRE, que deferiu requisição de ser-

vidor, fora dos limites estabelecidos na Lei nº 6.999/82, art. 3º, § 1º, que só pode ser excedido, em caso excepcional, a juízo do TSE. Incompetência da Corte para apreciar recurso interposto contra decisão de natureza estritamente administrativa dos tribunais regionais. (Precedentes: Respe nº 11.730/DF, rel. Min. Ilmar Galvão; Respe nº 12.693/DF, rel. Min. Francisco Rezek). Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu do recurso. Unânime.

*Recurso Especial Eleitoral nº 16.270/ES, rel. Min. Mauricio Corrêa, em 1º.6.2000.*

#### **Filiação partidária. Duplicidade.**

A remessa das listas de filiados a que alude o art. 19 da Lei nº 9.096/95 tem como objetivo possibilitar a verificação do cumprimento dos prazos de filiação para efeito de registro de candidaturas. O fato de o nome do recorrido não constar das listas dos dois partidos não supre a necessidade de a comunicação ser efetuada no dia imediato ao da nova filiação. Com esse entendimento, o Tribunal conheceu do recurso e lhe deu provimento por violação do parágrafo único do art. 22 da Lei nº 9.096/95. Unânime.

*Recurso Especial nº 16.274/MG, rel. Min. Eduardo Alckmin, em 1º.6.2000.*

## **SESSÃO ADMINISTRATIVA**

#### **Votação eletrônica. Impugnação de voto. Identidade de eleitor.**

Impugnação ou dúvida quanto à identidade de eleitor. Havendo dúvida ou impugnada a identidade do eleitor, deve o presidente da mesa agir nos moldes da Resolução-TSE nº 20.563, art. 34. (“Art. 34. O presidente da mesa dispensará especial atenção à identificação de cada eleitor. § 1º Existindo dúvida quanto à identidade do eleitor, o presidente da mesa deverá exigir-lhe a exibição da carteira de identidade e, na falta desta, interrogá-lo sobre os dados constantes do título, ou da folha individual de votação; em seguida, deverá confrontar a assinatura do título com aquela feita pelo eleitor na sua presença, e mencionar na ata a dúvida suscitada (Código Eleitoral, art. 147, caput). § 2º A impugnação da identidade do eleitor, formulada pelos membros da mesa, fiscais, delegados, candidatos ou qualquer eleitor, será apresentada verbalmente ou por escrito, antes de ser o mesmo admitido a votar (Código Eleitoral, art. 147, § 1º). § 3º Se persistir a dúvida ou for mantida a impugnação, o presidente da mesa solicitará a presença do juiz eleitoral para sobre ela decidir.”). Nesse entendimento, o Tribunal respondeu à consulta. Unânime.

*Consulta nº 602/DF, rel. Min. Edson Vidigal, em 30.5.2000.*

#### **Consulta ao TSE. Ilegitimidade. Autoridade municipal.**

Consulta formulada por autoridade municipal. Falta de legitimidade. Art. 23, inciso XII, do CE. (“Art. 23. Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior: (...) XII – responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político;”) Autoridade municipal não possui legitimidade para dirigir consulta ao Tribunal Superior

Eleitoral. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

*Consulta nº 621/SP, rel. Min. Edson Vidigal, em 30.5.2000.*

#### **Consulta. Propaganda eleitoral. Município que não possui geradora.**

O número de municípios contemplados com a transmissão da propaganda eleitoral está limitado pelo número de emissoras disponíveis. Para se chegar ao número determinante da maioria dos partidos políticos participantes do pleito, serão considerados os partidos isoladamente. Com esse entendimento, o Tribunal respondeu aos dois primeiros itens da consulta, ficando prejudicado o terceiro item. Unânime.

*Consulta nº 624/DF, rel. Min. Eduardo Alckmin, em 30.5.2000.*

#### **Consulta. Prefeito. Reeleição. Dirigente de entidade de representação de municípios.**

Os prefeitos candidatos à reeleição estão obrigados a se afastar, em definitivo, de seus cargos de direção nas entidades de representação municipal, no prazo de 4 (quatro) meses, como condição de sua elegibilidade. Com esse entendimento, o Tribunal respondeu afirmativamente à consulta. Unânime.

*Consulta nº 633/DF, rel. Min. Edson Vidigal, em 30.5.2000.*

#### **Consulta. Entidade representativa de municípios. Membros. Afastamento.**

Os membros dos conselhos diretor, fiscal ou consultivo de entidade representativa de municípios devem afas-

tar-se definitivamente dos seus cargos, obedecendo aos prazos da Lei Complementar nº 64/90: 4 (quatro) meses antes do pleito para os candidatos a prefeito ou vice-prefeito e 6 (seis) meses para os candidatos a vereador. Unânime.

*Consulta nº 634/DF, rel. Min. Maurício Corrêa, em 1º.6.2000.*

#### **Consulta ao TSE. Ilegitimidade. Membro de Ministério Público Estadual.**

Membro do Ministério Público Estadual não possui legitimidade para formular consulta perante esta Corte. Art. 23, inciso XII, do CE. (“Art. 23. *Compete, ainda, privativamente, ao Tribunal Superior: (...) XII – responder, sobre matéria eleitoral, às consultas que lhe forem feitas em tese por autoridade com jurisdição federal ou órgão nacional de partido político;*”) Autoridade municipal não possui legitimidade para dirigir consulta ao Tribunal Superior Eleitoral. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

*Consulta nº 639/MS, rel. Min. Edson Vidigal, em 30.5.2000.*

#### **Servidor estadual do fisco. Candidatura. Afastamento do cargo.**

Servidor estadual do fisco. Município diverso de onde exerce suas atribuições. Afastamento. Necessidade. O servidor estadual do fisco lotado em um município, que deseja candidatar-se a cargo eletivo em município vizinho no mesmo estado, deverá afastar-se da sua função, nos seguintes prazos, sem direito a remuneração: 4 (quatro) meses antes do pleito para os cargos de prefeito e vice-prefeito; 6 (seis) meses para os cargos de presidente, vice-presidente, governador, vice-governador, senador, deputado e vereador. Nesse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

*Consulta nº 640/DF, rel. Min. Maurício Corrêa, em 1º.6.2000.*

#### **Consulta. Parte ilegítima. Não-conhecimento.**

O consulente, vice-prefeito municipal, não possui legitimidade, nos termos do art. 23, XII, do Código Eleitoral. Com esse entendimento, o Tribunal não conheceu da consulta. Unânime.

*Consulta nº 648/SP, rel. Min. Eduardo Alckmin, em 1º.6.2000.*

#### **Partido político. Alteração de estatuto.**

Partido político. Pedido de registro de alterações no estatuto. Cumpridas as disposições previstas na Lei nº 9.096/95 e na Resolução-TSE nº 19.406, defere-se o pedido de registro das anotações pretendidas, bem como da alteração da denominação e sigla partidárias. Nesse entendimento, o Tribunal deferiu o registro das alterações. Unânime.

*Petição nº 371/MG, rel. Min. Edson Vidigal, em 30.5.2000.*

#### **Recebimento de diárias. Deslocamento de servidores dentro do mesmo município.**

O art. 1º, § 1º, II, da Res.-TSE nº 20.251, de 24.6.98, dispõe: “II – quando o deslocamento ocorrer dentro do município correspondente à jurisdição ou sede, respectivamente, do magistrado ou servidor, salvo quando se destinar a localidades de difícil acesso, assim consideradas pelo Tribunal Superior Eleitoral, mediante proposta motivada do Tribunal Regional Eleitoral”. A dificuldade de acesso a aldeias indígenas está justificada. Assim, o Tribunal deferiu pedido de recebimento de diárias para servidores da 20ª ZE/MS, em razão de deslocamento dentro do mesmo município, para localidades de difícil acesso. Unânime.

*Processo Administrativo nº 18.443/MS, rel. Min. Nelson Jobim, em 30.5.2000.*

## **PUBLICADOS NO DJ**

### **ACÓRDÃO Nº 390, DE 4.5.2000**

#### **HABEAS CORPUS Nº 390/BA**

#### **RELATOR: MINISTRO EDUARDO ALCKMIN**

**EMENTA:** Habeas corpus. Prisão preventiva. Ilícitos punidos com mera detenção. Medida cautelar que se revela desnecessária e mais gravosa que a própria sentença condenatória. Concessão da ordem.

**DJ de 26.5.2000.**

### **ACÓRDÃO Nº 541, DE 11.4.2000**

#### **AGRAVO REGIMENTAL NA MEDIDA CAUTELAR Nº 541/BA**

#### **RELATOR: MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA**

**EMENTA:** Medida cautelar. Cabimento. Ação de impugnação de mandato eletivo. Art. 15 da Lei Complementar nº 64/90. Inaplicabilidade.

1. A medida cautelar é processualmente incabível para emprestar efeito suspensivo a recurso sequer interposto.

2. A execução dos julgados é, em regra, imediata, uma vez que os recursos eleitorais não têm efeito suspensivo.

3. As disposições da Lei Complementar nº 64/90 aplicam-se tão-somente ao processo de impugnação do regis-

tro de candidatura e à investigação judicial por abuso do poder econômico ou político, e não à ação de impugnação de mandato eletivo.

Agravo regimental desprovido.

**DJ de 26.5.2000.**

### **ACÓRDÃO Nº 2.137, DE 4.5.2000**

#### **AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2.137/MG**

#### **RELATOR: MINISTRO EDUARDO ALCKMIN**

**EMENTA:** Agravo regimental. Decisão de Tribunal Regional. Recurso de natureza extraordinária que enfrenta matéria constitucional. Competência do Tribunal Superior Eleitoral, mesmo no sistema da Constituição Federal de 1988. Prazo. Não-obediência do tríduo. Intempestividade.

**DJ de 26.5.2000.**

### **ACÓRDÃO Nº 2.148, DE 4.5.2000**

#### **AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2.148/BA**

#### **RELATOR: MINISTRO COSTA PORTO**

**EMENTA:** Agravo de instrumento. Provimento. Recurso especial.

Inobservância de prazo para encaminhamento da lista de filiados ao juízo eleitoral (art. 19 da Lei nº 9.096/95, com a redação dada pelo art. 103 da Lei nº 9.504/97).

Recurso não conhecido.

**DJ de 26.5.2000.**

**ACÓRDÃO Nº 12.722, DE 4.5.2000**

**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 12.722/RJ  
(QUESTÃO DE ORDEM)**

**RELATOR: MINISTRO EDUARDO ALCKMIN**

**EMENTA:** Questão de ordem. Correção de erro material de decisão monocrática transitada em julgado. Distinção entre mera inexatidão material e erro material. Inviabilidade de correção do segundo a não ser por meio de embargos de declaração, agravo regimental ou ação rescisória.

**DJ de 26.5.2000.**

**ACÓRDÃO Nº 16.048, DE 2.5.2000**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 16.048/SP**

**RELATOR: MINISTRO EDUARDO ALCKMIN**

**EMENTA:** Embargos de declaração. Recurso especial. Inconformismo do embargante contra o acórdão na parte em que assentou que a denúncia deve ser dirigida somente contra aquele que praticou o ato ilícito. Afirmativa de que a promessa de doação de lotes teria sido efetuada em campanha também pelo candidato a prefeito, sendo promessa de campanha. Não-alegação no recurso especial. Instâncias ordinárias que afastaram o envolvimento do candidato a prefeito nos fatos apontados nestes autos e também a possibilidade de se tratar de promessa de campanha formulada pela chapa. Inexistência de omissão, contradição ou obscuridade a ser sanada. Embargos de declaração rejeitados.

**DJ de 26.5.2000.**

**ACÓRDÃO Nº 16.166, DE 25.4.2000**

**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 16.166/SP**

**RELATOR: MINISTRO COSTA PORTO**

**EMENTA:** Recurso especial. Propaganda eleitoral antecipada. Presidente do diretório municipal do partido. Preliminar de falta de capacidade postulatória. Afastamento. (Precedente: Acórdão nº 15.094.)

Alegação de cerceamento de defesa. Acolhida.

Recurso provido parcialmente, tornando insubsistentes as decisões do TRE e do juiz auxiliar, para que se possibilite a “visualização” com “aparelho próprio”, da fita pelo recorrente.

**DJ de 26.5.2000.**

**ACÓRDÃO Nº 16.193, DE 27.4.2000**

**RECURSO ESPECIAL ELEITORAL Nº 16.193/MS**

**RELATOR: MINISTRO COSTA PORTO**

**EMENTA:** Recurso especial. Ação de impugnação de mandato. Cargo de vereador.

Uso de fraude e de abuso do poder econômico.

Ausência de afronta aos arts. 14, § 10, 15 e 5º, LIV, da Constituição Federal.

Dissídio jurisprudencial não demonstrado.

Recurso não conhecido.

**DJ de 26.5.2000.**

**RESOLUÇÃO Nº 20.531, DE 14.12.99**

**CONSULTA Nº 552/DF**

**RELATOR: MINISTRO MAURÍCIO CORRÊA**

**EMENTA:** Consulta. “Boca de urna” e “captação de sufrágio”. Distinção.

1. A “boca de urna” é caracterizada pela coação, que inibe a livre escolha do eleitor (Lei nº 9.504/97, art. 39, § 5º).

2. A “captação de sufrágio” constitui oferecimento ou promessa de vantagem ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto (Lei nº 9.504/97, art. 41-A, acrescido pela Lei nº 9.840/99).

Consulta respondida negativamente.

**DJ de 26.5.2000.**

**RESOLUÇÃO Nº 20.598, DE 13.4.2000**

**CONSULTA Nº 571/DF**

**RELATOR: MINISTRO COSTA PORTO**

**EMENTA:** Consulta. Senador. À luz do art. 14, § 8º, I, da Constituição Federal, que diz:

“O militar alistável é elegível, atendidas as seguintes condições:

I – Se contar menos de dez anos de serviço, deverá afastar-se da atividade;”

Indaga:

“Afastar-se da atividade, o que significa?”

Respondida nos seguintes termos:

O afastamento do militar, de sua atividade, previsto no art. 14, § 8º, I, da Constituição, deverá se processar mediante demissão ou licenciamento *ex officio*, na forma da legislação que trata do serviço militar e dos regulamentos específicos de cada Força Armada.

**DJ de 26.5.2000.**

**RESOLUÇÃO Nº 20.602, DE 25.4.2000**

**REPRESENTAÇÃO Nº 255/PE**

**RELATOR: MINISTRO EDSON VIDIGAL**

**EMENTA:** Representação. Propaganda partidária.

A crítica à política governamental ou à maneira de administrar o ente público, ainda que contundente, está inserida na prescrição legal da divulgação da posição do partido em relação a temas político-comunitários, na esteira dos precedentes desta Corte.

Representação julgada improcedente.

**DJ de 26.5.2000.**

**RESOLUÇÃO Nº 20.603, DE 25.4.2000**

**REPRESENTAÇÃO Nº 266/DF**

**RELATOR: MINISTRO EDSON VIDIGAL**

**EMENTA:** Representação. Veiculação de propaganda paga durante a programação normal de rádio e televisão.

Restringindo-se a transmissão da propaganda aos limites do Distrito Federal, compete ao TRE/DF a apreciação da matéria.

Representação não conhecida e determinada a remessa dos autos ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal.

**DJ de 26.5.2000.**

**RESOLUÇÃO Nº 20.627, DE 18.5.2000**

**INSTRUÇÃO Nº 46/DF**

**RELATOR: MINISTRO EDUARDO ALCKMIN**

**EMENTA:** Altera o § 1º do art. 23 da Resolução-TSE nº 20.562, de 2.3.2000 – Regulamenta a propaganda eleitoral para as eleições municipais de 2000.

**DJ de 26.5.2000.**

## DESTAQUE

**RESOLUÇÃO Nº 20.601, DE 18.4.2000**  
**CONSULTA Nº 613/DF**  
**RELATOR: MINISTRO COSTA PORTO**

**Consulta deputado federal – PPB.**  
**Prazos para afastamento de funcionários, nas seguintes hipóteses:**

**“1. O primeiro caso refere-se a funcionário que exerce cargo de chefia regional em um órgão no município X, e se candidatará a cargo no município Y, sendo que a gestão do órgão abrange o município Y.**

**2. O segundo refere-se a candidatos que são servidores municipais, mas que serão candidatos em outros municípios, onde uma administração não interfere na outra”.**

**Não se conheceu da primeira hipótese e quanto à segunda ao servidor de um município, que se candidate a posto eletivo em outro município, não se aplica inelegibilidade da alínea I, do art. 1º, II, da Lei Complementar nº 64/90.**

Vistos, etc.,

Resolvem os ministros do Tribunal Superior Eleitoral, por unanimidade de votos, responder à consulta, nos termos do voto do relator, que fica fazendo parte integrante desta decisão.

Sala de Sessões do Tribunal Superior Eleitoral.  
Brasília, 18 de abril de 2000.

Ministro NÉRI DA SILVEIRA, presidente – Ministro COSTA PORTO, relator.

### RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO COSTA PORTO: Senhor Presidente, o Deputado Jonival Lucas Júnior (PPB/BA), com respeito aos prazos para afastamento de funcionários de seus cargos, consulta sobre as seguintes hipóteses:

“1. O primeiro caso refere-se a funcionário que exerce cargo de chefia regional em um órgão no município X, e se candidatará a cargo no município Y, sendo que a gestão do órgão abrange o município Y.

2. O segundo refere-se a candidatos que são servidores municipais, mas que serão candidatos em outros municípios, onde uma administração não interfere na outra”.

Pronunciando-se, às fls. 7-9, nossa Assessoria Especial diz que

“quanto ao primeiro item, note-se que o consulente não faz referência clara ao cargo e ao órgão ensejadores da inelegibilidade, razão pela qual a consulta não tem condições de ser conhecida nesse ponto”.

E lembra, a respeito, voto do nobre Ministro Marco Aurélio, que resultou na Resolução nº 19.466, em que esclareceu ele:

“Versando a consulta sobre inelegibilidade, indispensável é que haja referência ao cargo passível de ensejá-la e àquele alvo do pleito envolvido. Impossibilidade de conhecimento da consulta quando ausente a necessária especificação”.

Quanto ao segundo item, cita a assessoria pronunciamento do eminente Ministro Sepúlveda Pertence, em resposta à Consulta nº 12.499, fonte da resolução-TSE.

Propôs, ali, o Ministro Pertence, a revogação das resoluções nºs 17.964 e 17.966, oferecendo a seguinte redação:

“I, a: Aplica-se às eleições municipais a inelegibilidade da alínea I, do art. 1º, II, da Lei Complementar nº 64/90, desde que vinculado o servidor à repartição, fundação pública ou empresa que opere no território do município”.

É o relatório.

### VOTO

O SENHOR MINISTRO COSTA PORTO (relator):  
Senhor Presidente, acolho o parecer da Assessoria Especial e voto no sentido de que

– não se conheça da primeira parte da consulta;  
– e, quanto à segunda, que se responda que ao servidor de um município, que se candidate a posto eletivo em outro município, não se aplica a inelegibilidade da alínea I, do art. 1º, II, da Lei Complementar nº 64/90.

**DJ de 12.5.2000.**

*O Informativo TSE, elaborado pela Assessoria Especial da Presidência, contém resumos não oficiais de decisões do TSE ainda não publicadas e acórdãos já publicados no Diário da Justiça.*